

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.001

ALFABETIZA RJ: CONTEXTO E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Rosalva Maria Gomes de Araujo Oliveira¹

Simony Coelho Ricci²

Ilda Maria Baldanza Nazareth Duarte³

Julia da Silva Feitosa Simas⁴

RESUMO

A presente proposta de estudo emerge do Programa de Iniciação Científica da Universidade Iguazu (UNIG) e inscreve-se no campo das políticas públicas de alfabetização de crianças até o 2º ano do ensino fundamental e tem como principal objetivo mapear e analisar a implementação e os resultados da Política Pública Alfabetiza RJ, no biênio 2023-2024. Sua justificativa e relevância residem em buscar compreender o contexto e as conjunturas que mobilizaram as autoridades à criação de mais uma política pública para a alfabetização e suas possíveis contribuições para superação das taxas de analfabetismo, além de trazer contribuições para o debate e dar visibilidade ao contexto atual das políticas públicas de alfabetização, dando-lhe originalidade, sobretudo, pelo número reduzido de contribuições de obras ou artigos, dada a recente implementação dos Programas Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e Alfabetiza RJ e que ainda estão em curso. A meto-

1 Mestre - UFRRJ - Universidade Iguazu - RJ, rosaltaraujo@gmail.com;

2 Doutora - UNIGRANRIO - Universidade Iguazu - RJ, simonyrcoelho@gmail.com;

3 Doutora - UMINHO - PT - Universidade Iguazu - RJ, ildaduarte2021@gmail.com;

4 Graduada em Pedagogia - UNIG - Universidade Iguazu - RJ, feitosa.sjulia@gmail.com.

dologia qualitativa, de cunho documental e bibliográfico (CRESWELL, 2007; SEVERINO, 2007; RODRIGUEZ, 2004; BARDIN, 2016) se ancorará em autores como Freire (1987, 1989, 1990), Pinto et al (2000), Souza (2006), Mortatti (2010), Soares (2010), Bach (2012), Secchi (2016), além dos documentos norteadores dos referidos Programas. Os resultados preliminares do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023-2024), que evidenciaram que apenas 52% das crianças eram alfabetizadas no Estado do Rio Janeiro, suscitaram as inquietações iniciais e os questionamentos que motivaram a definição do tema e o espírito pesquisador ao trazer à luz o debate sobre as políticas públicas e suas contribuições no combate aos índices de analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Alfabetização, Idade certa, Analfabetismo, Alfabetiza RJ.

INTRODUÇÃO

A questão da alfabetização e da superação do analfabetismo nacional têm representado um grande desafio para os governos que buscam, através da implementação de políticas públicas, superar esse grave problema que atinge a Educação no Brasil.

Diante disso, a reflexão sobre o campo de políticas públicas para a alfabetização e a erradicação do analfabetismo no Brasil tem se expandido e os debates sobre direitos e sobre a consolidação democrática da cidadania, a partir da alfabetização, tem estado na pauta nas últimas décadas. Dito isso, os estudos sobre políticas públicas de alfabetização, envolvendo a análise dos principais resultados no conjunto de decisões governamentais e ações voltadas para atender as demandas sociais, sempre serão de interesse para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Nessa perspectiva, esta pesquisa ancorou-se em duas grandes motivações, quais sejam, a de buscar melhor compreender o contexto e as conjunturas que mobilizaram as autoridades à criação de mais uma política pública para a alfabetização e suas possíveis contribuições para superação das taxas de analfabetismo ainda presentes no nosso país e no nosso estado. Sua relevância reside em buscar contribuir para o debate sobre a necessidade de ações do Estado para promover a alfabetização na idade certa e por buscar dar visibilidade e compreender o contexto atual das políticas públicas de alfabetização como os Programas Compromisso Criança Alfabetizada e Alfabetiza RJ e por reconhecer a importância da alfabetização na constituição do sujeito e na definição do seu papel na sociedade.

Para compreender a emergência e o significado dessas políticas em curso atualmente, é importante situá-las em uma trajetória mais ampla das iniciativas governamentais anteriores voltadas para a alfabetização no país. Assim, é pertinente compreender que essas não são ações isoladas e que elas integram um longo percurso de tentativas do Estado brasileiro para enfrentar o desafio do analfabetismo.

Nesse percurso histórico, destacam-se diferentes políticas públicas, como registram Pinto et al (2000), ao relacionarem uma série de Programas:

Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958; o Programa Nacional de Alfabetização, baseado no método Paulo Freire, de 1964; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) entre os anos de 1968 e 1978; a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Educar) de 1985; o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (Pnac) de 1990; o Plano Decenal de Educação para Todos de 1993; e, no final do último século, o Programa de Alfabetização Solidária, de 1997 (PINTO et al, 2000, p. 523).

Mais recentemente, podemos verificar os esforços dos governos nos diversos programas que objetivaram erradicar o analfabetismo, tais como o Programa Brasil Alfabetizado (2003); o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012); o Programa Mais Alfabetização (2018); a Política Nacional de Alfabetização (2019) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023). Entretanto, como destaca Bach (2012, p. 43), “ao longo da história da República, muitos foram os programas nacionais, mas poucos se constituíram como políticas públicas efetivas”, uma vez que o analfabetismo se manifesta como um problema crônico e que ainda persiste no Brasil. Nesse sentido, cumpre lembrar que, apesar de a primeira Constituição Brasileira, em 1824, já prever a instrução primária pública e gratuita a fim de garantir a todos os ensinamentos básicos de leitura e escrita e que, ainda que devamos reconhecer os avanços da alfabetização no Brasil, a questão ainda se mantém sem solução a curto prazo, dados os últimos indicadores de alfabetização divulgados em 2023. Resultados que podem ser analisados, como proposto por Batista (2004, p. 13), ao afirmar que [...] as dificuldades que enfrentamos, hoje, na alfabetização, são agravadas tanto pelo passado (a herança do analfabetismo e das desigualdades sociais), quanto pelo presente (a ampliação do conceito de alfabetização e das expectativas da sociedade em relação a seus resultados)”.

Diante dessa realidade, muitos são os postulados acerca da alfabetização e sobre a sua importância como um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento humano e para o exercício da cidadania. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a alfabetização é concebida como o

conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades (UNESCO, 1999, p. 23).

Sob o viés social, a importância da alfabetização está evidenciada por Freire (1987) ao defender que ela garante autonomia e poder ao sujeito-aprendiz e que o analfabeto é vítima de uma injustiça social que lhe nega o direito à alfabetização (FREIRE, 1990). Ainda de acordo com o autor:

E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político (FREIRE, 1987, p. 8).

Nesse sentido, enfrentar o analfabetismo é de extrema importância porque ele impede que o sujeito exerça plenamente seus direitos garantidos de cidadania e inclusão pois, o analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e, mais que isso, grafocêntricas (SOARES, 2010, p. 19-20).

Considerando-se essa perspectiva, as políticas públicas para a Educação têm sido concebidas na tentativa de solucionar os problemas com a alfabetização e, uma vez surgidas na esfera do Estado, elas são estratificadas em programas, projetos, ações que, antes, durante e após sua implementação precisam ser avaliadas, submetidas a sistemas de monito-

ramento para análise crítica quanto aos objetivos e respectivos resultados (SOUZA, 2006; SECCHI, 2016).

Sob essa compreensão, ao reconhecermos a urgente necessidade do enfrentamento do analfabetismo no país, também não podemos perder de vista que o movimento de alfabetização no Brasil é um processo cujo avanço é lento e o progresso é não linear (MARCÍLIO, 2016) e que a história das políticas públicas para a alfabetização teve sua trajetória marcada por desafios de contextos históricos e sociais e de concepções e métodos de alfabetização.

Nesse enfoque de descontinuidade, em 2023, o Ministério da Educação (MEC) lança o *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, programa que tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca na recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. Para tanto, o Programa estabelece, entre seus princípios, a promoção da equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero; a colaboração entre os entes federativos; e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios. Suas principais metas são direcionar os esforços do MEC para alfabetizar na idade certa e recompor a alfabetização nos anos iniciais por meio de: organização de um regime de colaboração e corresponsabilização entre a União, os estados e os municípios; metas pactuadas de resultado de alfabetização com monitoramento e acompanhamento; estratégias de apoio técnico e financeiro da União para melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas; oferta de materiais didáticos complementares para estudantes e de materiais pedagógicos para professores; sistemas de avaliação da alfabetização; estratégias formativas e orientações curriculares (MEC, 2023).

Para dar início à implementação do *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, o MEC realizou a pesquisa *Alfabetiza Brasil* com o objetivo de definir o padrão de desempenho mais adequado para a alfabetização no país. Os resultados nacionais dos indicadores de alfabetização da rede

pública apontaram que, apesar de se ter observado uma recuperação do desempenho obtido em 2019 (55%), passando pela queda de 2021, no período da pandemia da Covid 19 (36%), a meta de se chegar ao patamar do período anterior à pandemia foi alcançado em 2023, ao se chegar aos 56% de crianças alfabetizadas até o 2º ano do ensino Fundamental da rede pública (MEC, 2024). Ainda, segundos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Estado do Rio de Janeiro contava com 55% de crianças alfabetizadas.

Em face a esses resultados, surge o *Alfabetiza RJ*, Programa integra o *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, lançado pelo Governo Federal, como um instrumento que consiste em uma prova destinada aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental com objetivo de avaliar as habilidades de leitura e escrita dos estudantes, corrigindo percursos e aprimorando o ensino desde sua base e que tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca na recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia (MEC, 2023).

Cabe destacar que a criação desses Programas foi resultado de ações complexas que foram iniciadas a partir de uma pesquisa *Alfabetiza Brasil*, em 2023, promovida pelo Inep, que envolveu um conjunto de ações, entre as quais, a etapa inicial de consulta às professoras alfabetizadoras em todas as regiões do país, além de especialistas em alfabetização.

Dessa forma, como é possível analisar, há uma estreita relação entre a avaliação externa e esses dois programas de para alfabetização. Questão inquietante, pois “qualquer projeto de política que tenta engessar, responsabilizar, atribuir a qualidade da educação a resultados, que exclui a diferença e põe em risco o direito à alfabetização de todas as pessoas, precisa ser problematizado” (GABRIEL; SILVA, 2024, p. 6). Além disso, como ainda alertam as autoras, “o contexto escolar não se resume apenas à escola. Atravessa toda a complexidade de uma sociedade (e é atravessado por ela), cujas mazelas estão imbricadas na ausência de políticas públicas de moradia, assistência social, saúde” (GABRIEL e SILVA, 2024, p. 4).

Maior preocupação ainda pode ser o risco de esse “encaminhamento, ao tempo em que se revela estimulador da competição entre escolas, responsabiliza-as, individualmente, pela qualidade de ensino e re-situando o compromisso do poder público com seus deveres, é expressão no campo educacional da defesa do Estado mínimo, em nome da busca de maior eficiência e produtividade” (SOUSA, 2013, p. 265).

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a pesquisa teve caráter qualitativo, de cunho bibliográfico e documental. Nessa perspectiva, este estudo se apresentou tendo como base a importância da reflexão e da interpretação na pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007), no desenvolvimento das etapas da pesquisa (SEVERINO, 2007), na análise de conteúdo como uma ferramenta para a investigação dos textos (RODRIGUEZ, 2004), além de uma abordagem sistemática e estruturada para a análise de conteúdo que envolve a codificação e categorização do material (BARDIN, 2016). Escolha que se definiu por considerar a pesquisa bibliográfica basilar na formação educacional de qualquer indivíduo (FONTANA, 2018, p. 66). Dessa forma, como preceitua o autor, ela

deve se rotinizar tanto na vida profissional de professores e de pesquisadores, quanto na de estudantes. Essa rotinização se faz necessária pois esse conjunto amplo de indivíduos possui o interesse de conhecer as mais variadas, plurais e distintas contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final (FONTANA, 2018, p. 66).

A abordagem deste estudo, que objetiva analisar os documentos das políticas públicas para a Educação Alfabetiza RJ e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, teve como *corpus* da pesquisa o material de apoio

didático-pedagógico para a formação docente e os Relatórios emitidos pelo MEC sobre os resultados alcançados a partir das ações articuladas entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estadual e Municipais do Estado do Rio de Janeiro.

Além dos dados de categoria técnica, o estudo ainda se referencia em autores que se debruçaram sobre as políticas públicas para a alfabetização, assim como o combate ao analfabetismo no Brasil.

Isso posto, a pesquisa foi dividida em três partes:

- Na primeira etapa, realizou-se a abordagem bibliográfica embasada na leitura crítica de autores que trataram da temática da alfabetização, das políticas públicas para a erradicação do analfabetismo e suas implicações nas práticas escolares e nos resultados das avaliações de larga escala e nos indicadores educacionais da alfabetização.
- Na segunda etapa, foi realizada a análise dos documentos norteadores das políticas públicas de alfabetização no Brasil e, particularmente, os relatórios resultados apresentados pelos Programas *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada* e *Alfabetiza RJ* e também os indicadores divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (INEP).
- Na terceira etapa, foi feita a interpretação dos dados coletados partir da divulgação dos resultados dos programas em tela que será dividida em três fases, com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016): 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise foi iniciada pelos documentos dos Programas *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada* e *Alfabetiza RJ*, que norteiam as políticas

públicas de alfabetização neste momento, e dos resultados e indicadores da alfabetização, entre 2023 e 2024, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No que diz respeito aos Programas *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, especialmente à alfabetização, o que predomina, de acordo com os documentos, é o enfoque didático, pautado no que hoje se sabe sobre as melhores formas de ensinar considerando os processos de aprendizagem das crianças, o que se traduz em uma abordagem reflexiva e contextualizada para o ensino (BRASIL, 2023, p. 4). Para tanto, a produção do programa é constituída de material escrito em versão digital, vídeos e ações de formação continuada de profissionais que atuam em 1º e 2º anos e em 3º e 4º anos, separadamente.

O material está organizado em 12 fascículos, sendo 5 para professoras alfabetizadoras, 5 para as formadoras dessas professoras, 1 para as equipes gestoras das escolas – direção e coordenação pedagógica – e 1 fascículo de apresentação destinado a todos esses profissionais. A série “Criança Alfabetizada - Contribuições para a Prática Pedagógica”, composta de 10 vídeos, foi produzida em complementação ao material escrito e apresenta situações didáticas e depoimentos de educadores e especialistas.

A coleção escrita está organizada em: 1) Fascículo de Apresentação: Uma proposta para formar professoras alfabetizadoras; Uma proposta para as formadoras; e Glossário; 2) Organização do trabalho pedagógico: planejamento e gestão da sala de aula na alfabetização inicial – para Professoras Alfabetizadoras; 3) Organização do trabalho pedagógico: planejamento e gestão da sala de aula na alfabetização inicial – para Formadoras; 4) Práticas de leitura e escrita em situações do cotidiano – para Professoras Alfabetizadoras; 5) Práticas de leitura e escrita em situações do cotidiano – para Formadoras; 6) Práticas de leitura e escrita de textos literários – para Professoras Alfabetizadoras; 7) Práticas de leitura e escrita de textos literários – para Formadoras; 8) Práticas de leitura e escrita de textos com função informativa – para Professoras Alfabetizadoras; 9) Práticas

de leitura e escrita de textos com função informativa – para Formadoras; 10) Ensino contextualizado e reflexivo na alfabetização inicial: integração, reflexão e práticas colaborativas – para Professoras Alfabetizadoras; 11) Ensino contextualizado e reflexivo na alfabetização inicial: integração, reflexão e práticas colaborativas – para Formadoras e 12) A gestão escolar e o compromisso com a alfabetização e a formação integral das crianças – para equipes gestoras (MEC, 2025, p. 3-4).

De acordo com o Fascículo de Apresentação, *Documento de Apresentação Alfabetização Inicial uma proposta para formar professoras alfabetizadoras* (A opção foi por adotar a flexão de gênero no feminino em todo o material em razão de a maioria das professoras e formadoras serem mulheres.), é possível reconhecer que o material escrito apresenta sua proposta formativa como integrada, voltada à qualificação de professoras alfabetizadoras, formadoras e equipes gestoras, articulando teoria, prática e reflexão crítica. O fascículo de apresentação define os fundamentos pedagógicos e o papel colaborativo de cada agente da formação e os materiais sobre organização do trabalho pedagógico destacam o planejamento intencional, a gestão da sala de aula e o acompanhamento reflexivo das práticas docentes. O documento também propõe as práticas de leitura e escrita – em situações cotidianas, literárias e informativas – evidenciam a alfabetização como prática social e comunicativa, unindo alfabetização e letramento em contextos significativos. Os fascículos voltados às formadoras orientam o acompanhamento técnico e o desenvolvimento profissional contínuo. Já os dedicados ao ensino contextualizado e reflexivo reforçam a integração entre teoria e prática, promovendo colaboração e protagonismo docente. E, por fim, o material destinado às equipes gestoras enfatiza a corresponsabilidade institucional pela alfabetização e pela formação integral das crianças, consolidando uma política educacional centrada na equidade, na reflexão e na qualidade do ensino.

Uma breve análise nos permite compreender que o documento formativo apresentado pelo MEC (2025) se fundamentou em importante

referencial teórico para a construção de sua proposta, pois, na concepção de alfabetização, se aproxima da visão freireana de educação como prática de liberdade, em que o ato de ler o mundo precede o de ler a palavra (FREIRE, 1987). Ao reconhecer a alfabetização como prática social e ao enfatizar que o processo de aprender a ler e escrever deve estar vinculado às situações reais de uso da linguagem e aos contextos socioculturais e comunicativos da criança, corrobora com a concepção de alfabetização e letramento defendida por Soares (2004) e Kleiman (1995). Do ponto de vista da formação docente, a perspectiva integradora apresentada pelo documento está em consonância com Nóvoa (1992), que entende a formação como um processo reflexivo e colaborativo, construído na prática e com os pares. A valorização do planejamento intencional e da gestão participativa da sala de aula também se articula com Perrenoud (2000) ao reforçar a necessidade de desenvolver competências docentes que unam teoria e ação, promovendo autonomia e responsabilidade profissional. E, finalmente, em conformidade com Tardif (2002) destaca que o saber docente é plural e contextual, construído na experiência e nas interações cotidianas, o que se reflete na ênfase do material em práticas colaborativas, reflexivas e integradas entre professoras alfabetizadoras, formadoras e gestoras.

A série de 10 vídeos, denominada “Criança Alfabetizada - Contribuições para a Prática Pedagógica”, – que não são citados nos textos dos fascículos por terem sido produzidos depois - foi produzida em complementação ao material escrito para formação das formadoras do CNCA-Perfor 1 e apresentam situações didáticas e depoimentos de educadores e especialistas. São eles: 1) A criança no centro da proposta de alfabetização; 2) A professora no centro das decisões pedagógicas; 3) Ambiente alfabetizador; 4) Práticas de leitura por meio da professora; 5) Práticas de leitura pelas crianças para aprender a ler; 6) Práticas de escrita pelas crianças para aprender a escrever; 7) Práticas de escrita por meio da professora; 8) Práticas de leitura e escrita para aprender mais sobre um assunto; 9) O

trabalho com projetos didáticos e 10) Desafios e possibilidades da gestão escolar (MEC, 2025, p. 6).

Na análise desses recursos audiovisuais, foi possível reconhecer a busca por aproximar a teoria e a prática por meio de situações didáticas e depoimentos de educadores. Sob esse entendimento, o material contou com o embasamento teórico de autores como Freire (1987, 1996), ao defender uma alfabetização libertadora e dialógica, e Vygotsky (1998), ao considerar a aprendizagem como processo social mediado pela interação. A perspectiva sociointeracionista e reflexiva, expressa na centralidade da criança e na intencionalidade e mediação docente, encontra consonância com Ferreiro e Teberosky (1999) e Soares (2004), que compreendem a alfabetização como prática social. A abordagem de práticas de leitura, escrita e o ambiente alfabetizador que evidenciam a importância do professor como mediador e do espaço como elemento formativo encontram embasamento nos pressupostos de Perrenoud (2000) e Tardif (2002). Já os temas dos projetos didáticos e da gestão escolar reforçam a dimensão colaborativa e institucional do processo, alinhada a Nóvoa (1992) e Hernández (1998). Assim, a série audiovisual reafirma uma concepção de alfabetização integrada, participativa e humanizadora, centrada na criança, na reflexão docente e na corresponsabilidade da escola.

Além do suporte de material escrito e dos recursos audiovisuais, o programa ainda propõe a formação continuada das professoras alfabetizadoras de 1º e 2º anos que totalizam 120 horas: 40 horas de encontros formativos presenciais, 24 horas de seminários e 56 horas de Trabalho Pessoal – estudo do material escrito e realização das demais atividades propostas nos encontros formativos. As ações de formação continuada dos formadores acontecerão no âmbito do curso de especialização Formação, Docência e Alfabetização Inicial no 1º e 2º anos, na modalidade EaD, pela parceria do MEC com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2025 e 2026. A carga horária do curso é composta de 360 horas, sendo 180 horas de aulas, webinários e encontros e 180 horas de Trabalho Pessoal – leitura do material do Percorso Formativo, estudo para aprofundamento,

planejamento para atuar na coordenação dos grupos de formação das professoras alfabetizadoras, coordenação de grupo e realização das atividades propostas nas aulas do curso de especialização (MEC, 2025, p. 7).

O processo de formação continuada previsto para as equipes gestoras acontecerá a partir do material que compõe o Fascículo “A gestão escolar e o compromisso com a alfabetização e a formação integral das crianças”, especialmente produzido para se constituir em uma proposta autoformativa que apresenta questões para refletir, sugestões de registro, convites à leitura de textos complementares, retomadas provocativas da reflexão e outros recursos que instigam o pensamento crítico e as relações com a prática de gestão. Embora o Fascículo de gestão seja autoformativo, as Secretarias de Educação podem organizar ações de formação para as equipes gestoras a partir dele, com encontros e outras propostas complementares, o que certamente será uma importante contribuição para esses profissionais (*Idem*, p. 6-7).

Essa primeira etapa evidenciou que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023), já em seu material de apresentação, destaca que o Programa reúne um conjunto de pressupostos que se baseiam na formação de educadores, que deve ser entendida como parte de políticas voltadas à sua valorização e ao fortalecimento de seu desenvolvimento pessoal. Da mesma forma, destaca o documento, que é essencial reconhecer que os programas e ações de formação continuada devem considerar o educador como sujeito ativo no processo e portador de saberes, crenças e experiências que orientam a sua prática.

Ao aderir ao Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Estado do Rio de Janeiro, instituiu O Programa Alfabetiza RJ. Para a implementação da política estadual foi apresentada a Revista da Escola – Alfabetização (Alfabetiza RJ 2023), que apresentou um panorama sobre as políticas e práticas de alfabetização no Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a formação docente e o uso pedagógico dos resultados da avaliação.

De acordo com a apresentação da Revista, a publicação tem como objetivo apoiar as escolas, gestores e professores na análise e utilização dos dados do Programa Alfabetiza RJ, promovendo a alfabetização na idade certa – até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. O documento aborda as políticas públicas de alfabetização implementadas no Estado do Rio de Janeiro como, o Rio Alfabetiza, o Rio Alfabetizado e o Alfabetiza RJ, integradas à BNCC e articuladas em regime de colaboração entre Estado e Municípios.

Alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Programa Estadual ainda destaca a formação continuada de professores como eixo principal para a melhoria da aprendizagem e da qualidade da alfabetização. Outrossim, o programa apresenta a avaliação educacional como ferramenta para diagnosticar as dificuldades e para orientar as práticas pedagógicas a serem adotadas para a correção dos desvios da aprendizagem e da alfabetização, mas defende que a reflexão crítica sobre os resultados dessa avaliação, orientando para como as redes devem utilizar os dados da avaliação externa.

A Revista ainda destaca que as matrizes de referência de Língua Portuguesa e de Matemática que norteiam as avaliações diagnósticas do Alfabetiza RJ são constituídas das mesmas habilidades que compõem a matriz de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), elaborada a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como sabemos, a BNCC estabelece que uma criança precisa estar alfabetizada ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, de modo que, para isso, precisa ter desenvolvido um conjunto de habilidades de leitura e de escrita. Sendo assim, uma matriz de referência para essa etapa de escolaridade deve reunir habilidades relacionadas a esses dois processos (CAEd, UFJF, 2023, p. 17), como é possível verificar a seguir:

Figura 1: Habilidades da matriz de Língua Portuguesa do 2º ano do Ensino Fundamental

Eixo do conhecimento	Habilidade
Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética	<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Relacionar elementos sonoros das palavras com sua representação escrita. ⊖ Ler palavras. ⊖ Escrever palavras.
Leitura	<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Ler frases. ⊖ Localizar informações explícitas em textos. ⊖ Reconhecer a finalidade de um texto. ⊖ Inferir o assunto de um texto. ⊖ Inferir informações em textos verbais. ⊖ Inferir informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal.
Produção textual	<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Escrever texto.

Fonte: Alfabetiza RJ – 2023 – Disponível em: <https://avaliaeducrj.caeddigital.net/#!/colecoes>

Esse documento apresenta as características de uma criança alfabetizada, segundo o Ministério da Educação e a Base Nacional Comum Curricular e, finalmente, incentiva o compartilhamento de boas práticas pedagógicas por meio da plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação. Em síntese, pode-se compreender que a Revista da Escola – Alfabetização (Alfabetiza RJ 2023) enfatiza que alfabetizar na idade certa requer planejamento a partir de um compromisso coletivo, firmado entre gestores e educadores, formação docente contínua e práticas pedagógicas fundamentadas em evidências e no acompanhamento avaliativo realizado e pautado nas matrizes de habilidades.

Na etapa seguinte, a pesquisa pautou-se na análise dos resultados da alfabetização a partir da leitura dos Relatórios de Monitoramento emitidos pelo Ministério da Educação e do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2: Resultado de Desempenho e Participação por Diretoria Regional – Rede Municipal Língua Portuguesa (Leitura) – 2º Ano do Ensino Fundamental

DIRETORIA REGIONAL	Rede	Edição	Proficiência Média	Padrão de Desempenho	Nº previsto de estudantes	Nº efetivo de estudantes	Percentual de participação (%)	Percentual de estudantes por Padrão de Desempenho			
								Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
11001 - BAIXADAS LITORANEAS	Municipal	2023	600	Básico	14.995	11.958	80	18	30	34	18
11002 - CENTRO SUL	Municipal	2023	593	Básico	4.409	3.685	84	21	29	33	17
11003 - SUL FLUMINENSE	Municipal	2023	595	Básico	11.634	9.781	84	21	28	33	18
11011 - NOROESTE FLUMINENSE	Municipal	2023	617	Proficiente	3.184	2.569	81	16	25	35	24
11012 - NORTE FLUMINENSE	Municipal	2023	595	Básico	13.890	11.140	80	20	29	33	17
11013 - SERRANA I	Municipal	2023	591	Básico	10.676	8.988	84	21	30	33	16
11014 - SERRANA II	Municipal	2023	608	Proficiente	5.791	4.590	79	17	27	36	20
METROPOLITANA I	Municipal	2023	560	Básico	10.963	8.986	82	29	35	26	10
METROPOLITANA II	Municipal	2023	588	Básico	9.029	7.502	83	20	34	32	14
METROPOLITANA III	Municipal	2023	608	Proficiente	18.475	15.703	85	19	26	32	23
METROPOLITANA IV	Municipal	2023	617	Proficiente	23.938	20.315	85	17	25	33	25
METROPOLITANA V	Municipal	2023	599	Básico	8.570	7.014	82	19	29	34	18
METROPOLITANA VI	Municipal	2023	601	Proficiente	15.166	12.447	82	20	28	32	21
METROPOLITANA VII	Municipal	2023	592	Básico	10.819	8.790	81	21	30	32	17
RIO DE JANEIRO	Municipal	2023	599	Básico	161.539	133.468	83	20	29	33	19

Fonte: Alfabetiza RJ – 2023 – Disponível em: <https://avaliaeducrj.caeddigital.net/#!/colecoes>

Os resultados representados na Figura 02 evidencia o desempenho das redes municipais do Rio de Janeiro na avaliação de alfabetização de 2023. De acordo com os dados, o estado apresentou proficiência média de 599 pontos, enquadrando-se no padrão “Básico”, com 20% dos alunos abaixo do básico, 29% no básico, 33% proficientes e 19% avançados. Assim, pouco mais da metade das crianças atinge os níveis esperados, enquanto uma parcela significativa ainda apresenta dificuldades. Alguns resultados foram mais animadores, como os apresentados pelas regiões Serrana II, Noroeste Fluminense e Metropolitana IV que obtiveram melhores resultados, com médias acima de 608 pontos e maior proporção de estudantes nos níveis “Proficiente” e “Avançado”, indicando práticas pedagógicas mais consolidadas. Em contrapartida, as regiões Metropolitana I, Serrana I e Centro Sul registraram os desempenhos mais baixos, refletindo desigualdades regionais e a necessidade de apoio técnico e formação docente continuada. Nesse sentido, o panorama geral dos indicadores de 2023 aponta que o Estado do Rio de Janeiro deveria enfrentar o desafio de garantir a alfabetização plena até o final do 2º ano.

Panorama semelhante ao encontrado no documento publicado em dezembro de 2024 pelo MEC, ao revelar os primeiros resultados nacionais

do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que desde 2021, já confirmavam o impacto da pandemia de covid-19 no ciclo de alfabetização no Brasil, considerando que essa etapa do processo educacional foi a mais afetada pelo fechamento das escolas brasileiras (BRASIL, 2024). Na ocasião, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável pelo Saeb, os indicadores de alfabetização foram preocupantes porque os resultados dos testes de proficiência aplicados aos estudantes do 2º ano do ensino fundamental revelaram que mais que dobrou o número de crianças com nível de proficiência abaixo do esperado em alfabetização.

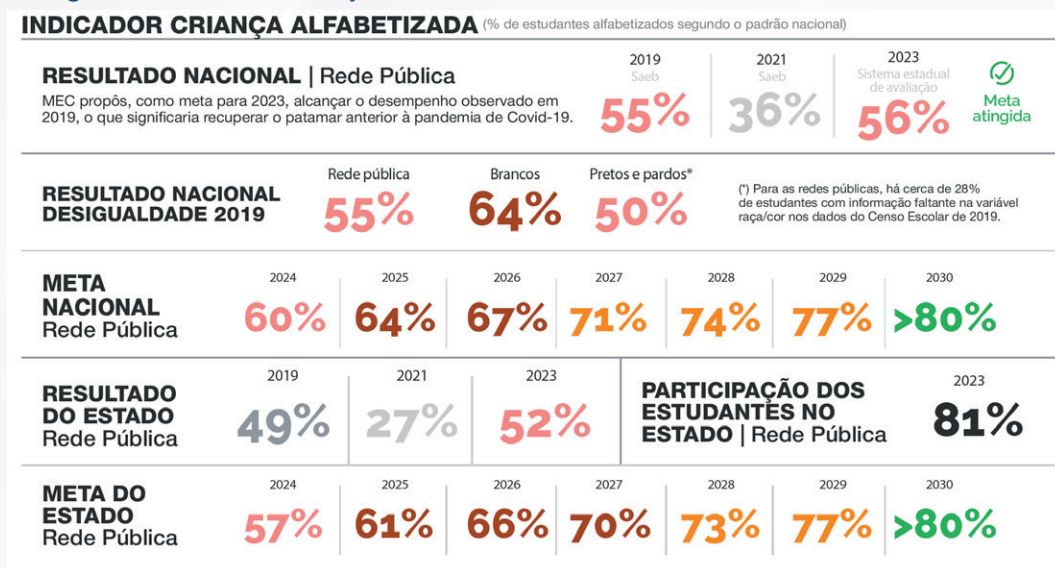
Ao avançarmos na segunda etapa da pesquisa, para facilitar a análise dos dados sobre as Metas e os Resultados Nacionais e do Estado do Rio de Janeiro, recorreremos às tabelas publicadas pelo INEP, dos Indicadores da Criança Alfabetizada nos níveis Nacional e Estadual do Rio de Janeiro, que facilitaram a compreensão, a interpretação e a comunicação dos dados divulgados pelo MEC.

Figura 3: Indicador Criança Alfabetizada – Resultado Nacional.



Fonte: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados/2024> . Acesso em: 20 de set de 2025.

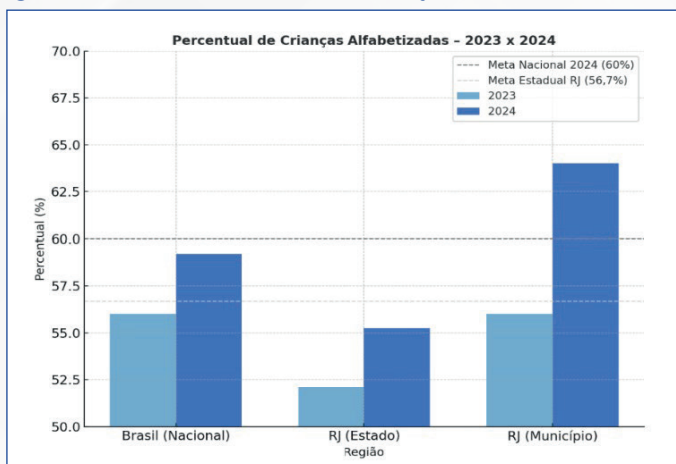
Figura 4: Indicador Criança Alfabetizada – Resultado do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados/2024> . Acesso em: 20 de set de 2025.

A partir da análise dos Indicadores e mais a disseminação e publicação das Metas e Resultados publicados no final de 2024, apurou-se que, em 2023, (primeiro ano de referência do indicador, os indicadores apontavam que 56% de crianças eram alfabetizadas no país até o final do 2º ano do ensino fundamental. Dados que refletiam o impacto da pandemia de Covid-19. Em 2024, o índice nacional subiu para 59,2%, confirmando tendência de melhoria, mas evidenciava que o país ainda não alcançara a meta nacional intermediária de 60% definida para 2024. No âmbito estadual, apesar do avanço nos indicadores de 52,12% (2023) para 55,25% (2024), os resultados colocaram o Rio de Janeiro na 16ª posição no ranking nacional ao apresentar resultados abaixo da média nacional e da Meta Estadual de 56,70%. O destaque ficou para o município do Rio de Janeiro cujo percentual de crianças alfabetizadas saltou de 56% (2023) para 64% (2024), colocando a capital entre as melhores do país.

Figura 5: Indicadores de Alfabetização – Biênio 2023-2024



Fonte: Elaborado pelas autoras

A análise dos dados dos Programas Alfabetiza RJ e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada apontou avanços importantes nas políticas públicas voltadas à alfabetização. Entretanto, os dois programas enfrentam desafios semelhantes que podem comprometer seus resultados, pois ambos apresentam limitações estruturais e pedagógicas, relacionadas à padronização das formações, à redução da autonomia docente e no foco excessivo em resultados das avaliações externas, que acabam priorizando números e os resultados em detrimento de aprendizagens significativas. Além disso, tanto no âmbito estadual quanto nacional, há fragilidades na articulação entre as redes de ensino e carência de recursos e acompanhamento técnico. Assim, as análises indicam que a efetividade dessas políticas depende de ações mais contextualizadas, integradas e participativas, que valorizem a diversidade regional, o protagonismo dos professores e o compromisso com a equidade educacional, assegurando o direito à alfabetização na idade certa e de qualidade para todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, que teve como principal objetivo analisar as políticas públicas de alfabetização no período 2023-2024, a partir do Programa

Alfabetiza RJ, que integra o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, revelou-se como mais um esforço governamental para garantir a alfabetização de todas as crianças na idade certa e para erradicar o analfabetismo crônico que persiste na sociedade brasileira.

Com base com base na abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, teve os dados analisados e interpretados pela técnica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), possibilitou compreender como as políticas públicas de alfabetização, especialmente o Alfabetiza RJ, vêm sendo implementadas e avaliadas, permitindo uma análise crítica dos seus avanços e limitações. Nesse sentido, foi possível identificar que os Programas representam políticas públicas relevantes para o fortalecimento da alfabetização na idade certa, articulando formação docente, materiais pedagógicos e acompanhamento avaliativo. Da mesma forma, constatou-se também que o Alfabetiza RJ tem contribuído para a organização de práticas pedagógicas e para o uso mais consciente dos resultados das avaliações externas. No entanto, para que tais políticas se consolidem como efetivas, é essencial que haja continuidade administrativa, monitoramento sistemático e adequação às realidades locais das redes de ensino.

A análise dos indicadores educacionais também evidenciou que, embora tenham ocorrido avanços, as metas de alfabetização, sejam no nível nacional ou estadual, com exceção para a capital do Estado do Rio de Janeiro, ainda não foram plenamente alcançadas, revelando desigualdades regionais e fragilidades na implementação das ações, limites estruturais, operacionais e pedagógicos, além da padronização da formação docente e ênfase em resultados das avaliações externas.

Diante dos indicadores de 2023-2024, que apontam melhorias graduais, mas ainda insuficientes para atingir as metas propostas, torna-se essencial garantir continuidade administrativa, formação permanente dos professores e práticas pedagógicas contextualizadas. Nesse contexto, o sucesso dessas políticas depende da continuidade das ações formativas e pedagógicas, sustentadas por estratégias integradas que promovam o aprimoramento da prática docente, a equidade no acesso e a garantia

de uma educação pública inclusiva e de qualidade para todas as crianças. Questões que trazem para a sociedade brasileira o debate sobre o descompasso entre teoria e prática e reforçam a necessidade de políticas contínuas, contextualizadas e humanizadoras da alfabetização para vencer o grande desafio para o país e o para o Estado do Rio de Janeiro que é alcançar pelo menos 80% de crianças alfabetizadas até 2030. Assim, mesmo reconhecendo que a proposta de enfrentamento ao analfabetismo no Estado do Rio representa um passo importante na consolidação de uma cultura de cooperação federativa e de valorização da formação continuada, seu êxito dependerá da capacidade de transformar a política pública em prática que se identifique com as realidades locais e sustentada por uma visão ética e democrática da educação.

Nessa perspectiva, mais do que uma meta de resultados e de números em indicadores educacionais, alfabetizar na idade certa deverá ser entendido como compromisso civilizatório com a equidade, a justiça social e a construção de um país verdadeiramente letrado e inclusivo, compreendendo que alfabetizar é mais do que garantir o domínio técnico da leitura e da escrita: é promover uma prática social de emancipação, diálogo e consciência crítica Freire (1987; 2005), Soares (2004) e Vygotsky (1998), e que a qualidade da alfabetização não se sustenta apenas em metas numéricas, mas na construção de ambientes alfabetizadores que respeitem os tempos da infância e a singularidade das trajetórias de aprendizagem.

Por fim, ressalta-se a importância de novas pesquisas que aprofundem a análise dos impactos das políticas públicas recentes no cotidiano das escolas, nas práticas docentes e nos indicadores de aprendizagem, especialmente após a pandemia e que ainda ecoam nos resultados atuais. A continuidade desses estudos é essencial para que o Alfabetiza RJ e demais programas de alfabetização possam consolidar seus resultados e contribuir, de fato, para a superação das desigualdades educacionais e a construção de uma educação pública equitativa e de qualidade e para todos.

REFERÊNCIAS

BACH, M. R. **O papel do Estado do Paraná no regime de colaboração para a formação inicial e continuada dos professores dos municípios.** 115f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e letramento: os desafios contemporâneos.** Boletim do Salto Para o Futuro, Rio de Janeiro, p. 1-15, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório da Pesquisa Alfabetiza Brasil: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças.** Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. **Relatório da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa (CEIDCERTA).** Senado Federal, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resultados da Avaliação da Alfabetização.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Brasília: MEC, 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Reflexões sobre a alfabetização.** Tradução Horacio Gonzales et al. São Paulo: Cortez, 1981.

FONTANA, F. **Técnicas de pesquisa.** In: MAZUCATO, T. (org.). Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GABRIEL, A. S. e SILVA, S. K. **Alfabetização e Currículo: entre a fixação de significados e as experimentações que criam fissuras e possibilitam outros modos de vida.** Educar em Revista, Curitiba, v. 40, e93105, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/9CtTSG4qvTCv4cyxjxpZ87j/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 de jun. de 2025

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: Unesco, 2009. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasilimpasses-e-desafios.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

KLEIMAN, A. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: _____. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado das Letras, 1995.

_____. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MARCILIO, M. L. **História da Alfabetização no Brasil.** São Paulo: EdUSP, 2016.

NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3703/1/formprof.pdf Acesso em: 6 ago. 2025.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Alfabetiza RJ: Política de alfabetização no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2023.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). **Gestão democrática da educação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIG. Programa de Iniciação Científica (PIC/UNIG). **Documentos e fichas de acompanhamento**. Nova Iguaçu: Universidade Iguaçu, 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.